

Diário da Assembléia

Nºs 3.070 e 3.071

CURITIBA, 8 E 9 DE AGOSTO DE 1974

ANC IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE -- João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE -- Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE -- Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO -- Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO -- Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO -- David Federmann

4.º SECRETÁRIO -- Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA --- 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE -- Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE -- Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni -- Erondy Silvério -- Paulo Camargo -- Antônio Lopes Júnior -- Wilson Fortes -- Antônio Costa -- Ovídio Franzoni -- Quêise Crisóstomo da Silva -- Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho -- Arthur de Souza -- Luiz Roberto Soares -- Borsari Netto -- Fuad Nacfi -- Xenofonte Villanueva -- Basílio Zanusso -- Marciano Baraniuk -- Iris Mário Caldart -- (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE -- Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE -- Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto -- Erondy Silvério -- Fabiano Braga Côrtes -- Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva -- Antônio Maciel -- Basílio Zanusso -- Marciano Baraniuk -- Antônio Costa -- Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eley Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont -- Basílio Zanusso -- Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacfi -- Borsari Netto -- Ovídio Franzoni -- Francisco Escorsin -- Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira -- Rosário Pitelli -- Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel -- Paulo Poli -- João Fadel -- Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha -- Alvaro Dias (MDB) -- Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior -- Ovídio Franzoni -- Maurício Fruct (MDB) -- Antônio Belinati (MDB) -- Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruct (MDB)

Haroldo Bianchi -- Xenofonte Villanueva -- David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk -- Antônio Costa -- Basílio Zanusso -- Aginaldo Pereira Lima -- Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruct (MDB)

Marciano Baraniuk -- Wilson Brandão -- Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont -- Borsari Netto -- Wilson Fortes -- Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella de Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho -- Igo Losso -- Olavo Ferreira -- João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli -- Antônio Maciel -- Wilson Fortes -- Aginaldo Pereira Lima -- Rosário Pitelli -- Antônio Lopes Júnior -- Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk -- Antônio Costa -- Francisco Escorsin -- Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli -- Ivo Thomazoni -- Basílio Zanusso -- Maurício Fruct (MDB) -- Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel -- Igo Losso -- Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva -- João Fadel -- Lázaro Dumont -- Antônio Lopes Júnior -- Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Léo Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima -- João Fadel -- Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho -- Fabiano Braga Côrtes -- Antônio Maciel -- Quêise Crisóstomo da Silva -- Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Jose Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont -- Leopoldo Jacomet -- Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel -- Aryzone Araújo -- Wilson Brandão -- Wilson Fortes -- Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 119ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 8 de Agosto de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Jorge Sato, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Ivo Thomazoni.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior — Basílio Zanusso — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 124-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 76-73, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo reaparelhar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do D.E.R., dotando-os de Sistema de Comunicação, Assistência Médica, Ambulância e de outras providências. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 120ª Sessão Ordinária
Realizada em 8 de Agosto de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Jorge Sato e Secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e Ivo Thomazoni.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva e Paulo Camargo (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior — Basílio Zanusso — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM — 43-74

Curitiba, 22 de julho de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva criar os cargos que especifica, no Quadro Próprio do Magistério, da Secretaria da Educação e Cultura.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois a pretendida criação de cargos virá dotar o Setor Educacional do Estado do necessário número de Professores, Orientadores e Supervisores de Ensino, conforme constam recentes levantamentos efetuados pelos órgãos competentes da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

Por outro lado, vale ressaltar que a medida proposta foi elaborada em consonância com as normas emanadas da Legislação Federal que versa sobre a reforma do ensino, que, no Paraná, vem sendo progressivamente implantada.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro Próprio do Magistério, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, 1.500 (um mil e quinhentos) cargos de Professor de Ensino Médio, nível 22 (Licenciado) a serem preenchidos no ensino de 2.º grau, por professores licenciados em curso superior de formação pedagógica, através de concurso público de provas e títulos.

Parágrafo Único — Os cargos criados por este artigo terão obrigatoriamente a seguinte destinação:

I — 250 (duzentos e cinquenta) à matérias técnicas profissionalizantes em estabelecimentos de ensino da Capital e interior do Estado;

II — 150 (cento e cinquenta) à Educação Física em estabelecimentos de ensino do interior do Estado; e

III — 1.100 (um mil e cem) cargos aos estabelecimentos de ensino do interior do Estado, excluídas as cidades sedes de unidades pólo.

Art. 2.º — Para os efeitos desta Lei, são consideradas matérias técnicas profissionalizantes aquelas que assim forem definidas através de Resolução do Conselho Estadual da Educação.

Art. 3.º — Ficam, ainda, criados no Quadro Próprio do Magistério, 50 (cinquenta) cargos de Orientador Educacional, nível 22, a serem preenchidos através de concurso público de provas e títulos, por profissionais especialistas licenciados em curso superior de formação pedagógica, com habilitação em orientação educacional.

Art. 4.º — No referido Quadro Próprio do Magistério, ficam também criados 50 (cinquenta) cargos de Supervisor de Ensino, nível 22, para preenchimento mediante concurso público de provas e títulos, por profissionais especialistas licenciados em curso superior de formação pedagógica, com habilitação em supervisão de ensino.

Art. 5.º — A jornada semanal de trabalho dos ocupantes de cargos de Orientador Educacional e Supervisor de Ensino é de trinta e duas e meia horas.

Art. 6.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da verba própria do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

46-74

Curitiba, 26 de julho de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Convênio de 26 de abril de 1974, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME, órgão da Presidência da República, visando à distribuição de produtos farmacêuticos à população de baixo poder aquisitivo.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES

Governador do Estado

CONVÊNIO que entre si celebram a Central de Medicamentos — CEME e a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná, para distribuição de produtos farmacêuticos à população de baixo poder aquisitivo.

A Central de Medicamentos — CEME, órgão da Presidência da República, instituída pelo Decreto n.º 68.806 de 25 de junho de 1971, neste ato denominada simplesmente CEME, representada por seu Presidente, Doutor Wilson de Souza Aguiar e a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente SECRETARIA, representada por seu Titular, Doutor Ivan Beira Fontoura, resolveram celebrar o presente convênio, segundo as cláusulas e condições subseqüentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto

O presente convênio tem por objeto a distribuição gratuita de produtos farmacêuticos da linha padronizada CEME, em todo território do Estado do Paraná, às populações de baixo poder aquisitivo, e os grupos de menos de 5 anos, gestantes e puerperas independentemente de faixa de renda.

CLÁUSULA SEGUNDA — Obrigações da CEME

I — A CEME fornecerá à SECRETARIA, produtos farmacêuticos de sua linha padronizada, nas quantidades, locais e datas a serem estipuladas pelas partes, em cronograma de fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA — Obrigações da Secretaria

I — Indicar, à CEME, o nome de um profissional habilitado para coordenar a distribuição dos medicamentos CEMEF, em toda a área de atuação da SECRETARIA.

II — Relacionar, previamente, as quantidades de medicamentos necessárias ao consumo da população carente de recursos financeiros, a fim de ser elaborado o cronograma de fornecimento.

III — Receber, os medicamentos CEME, e atestar, no documento hábil acompanhante, a exatidão das quantidades, unidades, preços parciais e totais e a discriminação.

IV — Guardar, os produtos fornecidos pela CEME, em locais e sob condições que atendam as exigências próprias de estocagem e armazenamento de produtos farmacêuticos de forma a assegurar-lhes adequada conservação.

V — Manter nos seus orçamentos anuais recursos necessários à manutenção e aperfeiçoamento da estrutura responsável pelo funcionamento do Sistema de Distribuição Estadual.

VI — Promover a divulgação, junto aos profissionais médicos e para-médicos da área, da padronização de medicamentos adotados pela CEME.

VII — Elaborar e encaminhar à CEME, relatório circunstanciado sobre a distribuição dos medicamentos na forma e nos prazos por esta estabelecidos.

CLÁUSULA QUARTA — Inspeção e Avaliação

A CEME se reserva o direito de inspecionar e avaliar a capacidade de armazenamento e distribuição da SECRETARIA, durante a execução deste convênio.

Subcláusula única. A SECRETARIA colocará à disposição da CEME, para cumprimento desta cláusula, todos os meios disponíveis.

CLAUSULA QUINTA — Gratuidade dos Serviços

Pela prestação dos serviços a que se refere o presente convênio, e dada a própria natureza deles, não será cobrado da CEME qualquer pagamento ou contraprestação.

CLAUSULA SEXTA — Modificação e Rescisão

Este convênio poderá, mediante concordância plena dos convenientes, ser modificado através de termo aditivo, ou rescindido, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável.

Subcláusula única. O convênio celebrado entre a CEME e a SECRETARIA em 26 de outubro de 1972 e seus termos aditivos, ficam rescindidos de pleno direito, não cabendo as partes rescindentes qualquer reclamação posterior à assinatura deste convênio a respeito do desfazimento do anterior e seus termos aditivos, exceção da prestação de contas dos medicamentos recebidos pela SECRETARIA que se obriga a prestar contas, na forma da legislação vigente.

CLAUSULA SETIMA — Vigência e Prorrogação

O presente convênio entrará em vigor no dia 02 de janeiro de 1974 e cessará em 31 de dezembro do mesmo ano, podendo ser prorrogado, por igual período, consoante proposta por escrito da SECRETARIA e a juízo do Presidente da CEME lavrando-se o competente termo aditivo. O presente instrumento deverá ser publicado no Diário Oficial da União e do Estado do Paraná.

CLAUSULA OITAVA — Foro

Fica eleito o foro da Capital da República para dirimir eventuais questões oriundas da execução deste convênio, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem acordes, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos convenientes e testemunhas a tudo presente, em 5 (cinco) vias de igual teor.

Brasília-DF, de dezembro de 1973.

Wilson de Souza Aguiar — Presidente da CEME

Ivan Beira Fontoura — Secretário de Saúde

MENSAGEM
47-74

Curitiba, 26 de julho de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Convênio celebrado em 8 de março de 1974, entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Paraná objetivando o estabelecimento do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES
Governador do Estado

Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Paraná, para o estabelecimento do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica.

Aos oito (8) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974) no Gabinete do Ministro da Saúde, presentes, de um lado, o Ministério da Saúde, representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Doutor Mário Machado de Lemos, com a participação da Secretaria de Saúde Pública, representada pelo seu Secretário, Ilustríssimo Senhor Doutor Nelson Luiz de Araújo Moraes, e da Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatísticas da Saúde, neste ato representada pelo seu Diretor, Ilustríssimo Senhor Doutor Vinicius Wagner, e, de outro lado, o Governo do Estado do Paraná por intermédio do respectivo Secretário de Saúde, Excelentíssimo Senhor Doutor Ivan Beira Fontoura, resolveram celebrar o presente convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA I — Convenções — Ficam convencionadas as designações de "Ministério" para o Ministério da Saúde, de "Divisão" para a Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde, de "Governo" para o Governo do Estado do Paraná e de "Secretaria" para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

CLAUSULA II — Objeto — O presente Convênio tem por objetivo a estruturação do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica.

CLAUSULA III — Obrigações do Ministério — O Ministério, assume as seguintes obrigações:

- atuar através da Divisão como órgão central do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica;
- auxiliar, técnica e financeiramente, a Secretaria na organização e funcionamento do sistema estadual de vigilância epidemiológica, nos limites fixados anualmente nos Planos de Distribuição e Programas de Trabalho aprovados pelo Ministro de Estado da Saúde;
- prestar assessoria técnica especializada através de consultores e supervisores designados para esse fim;
- proporcionar assistência supletiva, através de fornecimento de material permanente, e equipamentos, impressos padronizados e outros de acordo com as disponibilidades financeiras, observada a Legislação em vigor;
- realizar programas de capacitação de pessoal de todos os níveis necessários às atividades desenvolvidas pela Unidade de Vigilância Epidemiológica do Estado;
- padronizar e fornecer à Secretaria os formulários e modelos para registro e informação das atividades desenvolvidas pela Unidade de Vigilância Epidemiológica do Estado.

CLAUSULA IV — Obrigações do Governo — O Governo, através da Secretaria, assume as seguintes obrigações:

- criar a Unidade de Vigilância Epidemiológica na estrutura organizacional da Secretaria propiciando-lhe os recursos financeiros materiais e humanos necessários ao seu funcionamento;

- organizar e manter um registro regular de casos de doenças notificáveis, conforme estabelecido pelo Ministério, abrangendo todo o Estado;
- elaborar o Programa de Vigilância Epidemiológica do Estado submetendo-o ao Ministério, dentro do primeiro trimestre de cada ano;
- adotar as normas técnicas recomendadas pelo Ministério;
- enviar, mensalmente, ao Ministério, os relatórios estatísticos de produção e tópicos referentes às investigações epidemiológicas e estudos especiais realizados, bem como, semanalmente, os modelos de notificação de doenças transmissíveis.

CLAUSULA V — Ação Conjuga — A Divisão e a Secretaria conjugarão esforços, objetivando obter maior produtividade, economia nos gastos, evitar a dispersão de esforços e a repetição de ações e possibilitar maior harmonia e coerência nas ações de que trata este Convênio.

CLAUSULA VI — Vigência e Prorrogação — O presente convênio vigorará pelo prazo de um (1) ano, a partir da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado, por prazos iguais e sucessivos, caso não haja manifestação em contrário de uma das partes, antes do termo fixado, podendo ainda ser modificado, a qualquer tempo, mediante termo aditivo.

CLAUSULA VII — Rescisão e Resilição — O presente convênio poderá ser rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições ou resilição pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível ou por mútuo consentimento mediante manifestação por qualquer das partes, com antecedência mínima de noventa (90) dias da data fixada para a extinção de sua vigência.

E, por estarem acordes, depois de lido, aceito e achado conforme foi o presente convênio assinado pelas partes supramencionadas em presença das testemunhas abaixo, dele se extraindo cópias para sua publicação e execução.

Mário Machado de Lemos — Ministro da Saúde

Ivan Beira Fontoura — Secretário de Saúde do Estado

Nelson Luiz de Araújo Moraes — Secretário de Saúde Pública

Vinicius Wagner — Diretor da Divisão Nacional de Estatística e Epidemiologia da Saúde

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM
44-74

Curitiba, 25 de julho de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa estabelecer, nos termos da Legislação Federal específica novos níveis para a alíquotas do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) a partir do exercício financeiro de 1975, em relação às operações, internas, interestaduais e de exportação.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 499-74, de 22 de julho de 1974, do Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda diz, com mais detalhes, sobre a necessidade e interesse público da medida ora submetida a exame dessa Augusta Casa de Leis.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25 da Constituição Estadual.

Certo de que a medida submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Para os fatos impositivos que ocorrerem a partir de 1.º de janeiro de 1970 as alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias terão as seguintes relações percentuais:

- nas operações internas, 14,5% (quatorze e meio por cento) em 1975 e 14% (quatorze por cento) após 31 de dezembro de 1975;
- nas operações interestaduais, 12% (doze por cento) em 1975 e 11% (onze por cento) após 31 de dezembro de 1975;
- nas operações de exportação, 13% (treze por cento).

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
Of. n.º 499-74

Curitiba, 22 de julho de 1974.

Senhor Governador.

A Resolução n.º 58 de 3 de dezembro de 1973 do Senado Federal estabeleceu de acordo com o § 5.º do art. 23 da Constituição, novas alíquotas máximas para o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICM).

As atuais alíquotas vigentes no Estado do Paraná em consonância com a Resolução anterior do Senado, sob n.º 65 de 19 de agosto de 1970, estão fixadas no art. 8.º da Lei n.º 6.364 de 29 de dezembro de 1972.

A fixação de alíquota está vinculada ao princípio da reserva legal, nos precisos termos do inciso IV do art. 97 do Código Tributário Nacional, razão por que submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso esboço de lei que visa estabelecer novos níveis para as alíquotas do ICM, a partir de 1975, em relação às operações internas, interestaduais e de exportação, com a observância dos parâmetros da Resolução n.º 58-73, antes mencionada.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de real estima e consideração.

a) Afonso Alves de Camargo Neto
Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor EMILIO H. GOMES

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

Nesta Capital

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando inclusão na Ordem do Dia o Projeto de Lei n.º 102-74.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 114-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, após ouvido o Plenário e respaldado no Regimento Interno, requer a inserção em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo voto de congratulações ao Engenheiro Eros Vitor Rauchbach pela sua eleição para o cargo de Diretor Presidente da COHAB-CT, cuja posse ocorreu em data de ontem. A escolha feita pelo Senhor Prefeito foi das mais felizes, porquanto o escolhido é um dos Técnicos mais dedicados e profundo conhecedor dos problemas relacionados com a habitação em nossa Capital, uma vez que durante anos exerceu o cargo de Diretor Técnico daquela Companhia.

Requer que da deliberação desta Casa, seja dada ciência ao homenageado, bem como ao Exmo. Senhor Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado, telegrama consubstanciado em veemente apelo aos Exmos. Srs. General Ernesto Geisel D.D. Presidente da República e Doutor Severo Fagundes Gomes, DD. Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de que seja encontrada uma solução para o angustiante problema dos Ensacadores do Porto de Paranaguá. Telegrama este baseado no pronunciamento que acabamos de fazer.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1974.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente.

Requero, regimentalmente, o envio de ofícios aos Exmos. Senhores Secretários dos Transportes e Diretor do D.E.R., solicitando as S. Exas. que se dignem determinar os estudos necessários visando a construção de estrada ligando a Colônia do Cedro à Rodovia Cacatú - Guaquecaba, via Cupiuvã, no Município de Antonina.

O trecho, de pequena extensão, é de suma importância aos moradores da Região, cujo único meio de comunicação, atualmente, é por intermédio de longa e cansativa viagem pela baía de Antonina.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1974.

(a) — Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente às Suas Excelências Senhores ALLYSSON PAULINELLI, Digníssimo Ministro de Estado da Agricultura e JOSÉ CASSIANO GOMES REIS JÚNIOR, Digníssimo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, solicitando reformulação na política do trigo constante como solução de base os seguintes itens:

a) — reformulação imediata da Portaria n.º 20 de 05 de fevereiro de 1974 e do Decreto-Lei n.º 210-67;

b) — atualização dos preços mínimos do trigo, com bases reais de estímulo, tendo em vista a inflação verificada e preços do mercado internacional;

c) — liberação comercial na lei da oferta e da procura, através estabelecimento de preço mínimo garantido, como ocorre com demais cereais uma vez que, o trigo é o único cereal que ainda tem sua comercialização feita através do governo.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1974.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

Na condição de representante da região oeste do Estado do Paraná, neste Poder, evidentemente não poderia permanecer alheio e indiferente, aos problemas que por ventura afligam à classe agrícola da região que aqui represento.

Motivado pelo compromisso de bem representar minha região nesta Casa, sinto-me na obrigação de interceder junto às autoridades a quem de direito cabe a responsabilidade da realização de uma política tritícola mais humana, e que de condições de sobrevivência ao agricultor do cereal ouro em nosso Estado.

Tem sido bastante evidente, o descuido por parte das autoridades competentes, com relação a este tipo de cultura, basta se fazer um estudo com base nas percentagens de valorização do produto, em relação ao aumento do custo de implantação da lavoura do mesmo.

O aumento dos produtos que se destinam a obtenção de uma lavoura mais produtiva, são astronômicamente superiores aos valores de lucro fixados para a mesma.

No último triênio, a elevação do preço dos produtos acessórios à implantação da cultura de trigo, tem sido avultantes, desde os fertilizantes que sofreram aumentos de 90% até os demais produtos, que tem seus preços aumentados livremente, como por exemplo, combustíveis, lubrificantes, inseticidas, herbicidas, isto, sem se falar no elevado custo de implementos agrícolas e das maquinárias necessárias para a instalação da cultura do trigo, o que na maioria das vezes, obriga ao pequeno agricultor a realizar financiamentos, que acabam absorvendo em quase toda totalidade sua margem de lucros.

Tal situação, tem se agravado de ano para ano, vindo agora tornar-se quase insuportável, face ao índice fixado para a safra deste ano.

Diante deste índice, e dos índices desproporcionais ao custo de implantação da lavoura, vê-se o produtor completamente prejudicado, pois após o trabalho, e os gastos efetuados e necessários para a implantação da lavoura, não obterá margem de lucro algum, se a obter contido, será ínfima e insuficiente para cobrir os custos financeiros e encargos realizados durante o ano precedente.

Tal política, tem descapitalizado o produtor, e colocado em risco a sobrevivência deste tipo de cultura em nosso Estado, fazendo com que o produtor tenha como única saída, a opção por novos tipos de culturas que venham a lhe proporcionar maiores condições e segurança, através de maior obtenção de lucros.

Todos somos sabedores de que, outros tipos de cultura desenvolvem-se de forma favorável junto à tritícola, e este conjunto determinou o crescimento e a expansão de uma infra-estrutura, industrial, comercial de armazenagem e transporte, e tal fenômeno proporcionou novas margens de empregos e valorizou em muito a região produtora paranaense, e, em consequência, canalizou para os cofres públicos receitas que se transformaram em escolas, estradas, hospitais, etc., fazendo com que tais benefícios não atinjam somente aqueles que tem vínculos estreitos com a lavoura.

A persistência de tal política bem como o fechamento dos moinhos coloniais, determinará por certo uma grande redução na área útil plantada e em consequência desta defasagem, inúmeros dissabores e a consequente retração no desenvolvimento de toda uma gama de atividades, gerando insatisfações e desempregos, o que, por certo, não virá de encontro as aspirações das autoridades a quem cabe gerir os destinos do país.

Face a situação agravante em que se encontram os Produtores do Estado do Paraná, em razão dos índices fixados, e da atual política tritícola, resolvemos nos dirigir a quem de direito, através do presente Requerimento, que se aprovado por esta Assembléia nos estará proporcionando o alertamento as autoridades constituídas do país, para a realidade de um problema que atinge não somente aos agricultores de nosso Estado, mas também aos demais Estados produtores de tal tipo de cultura, que, juntamente a nós, colaboram para o efetivo desenvolvimento do Brasil.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

REQUER, seja encaminhado apelo ao Presidente do Banco Nacional de Habitação — B.N.H., no sentido de permitir, em caráter excepcional, a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço aos ensacadores, do Porto de Paranaguá, os quais atravessam uma fase crítica, em consequência do baixo índice de exportação do café.

Atualmente existem oitocentos ensacadores em Paranaguá dos quais sessenta já solicitaram demissão para procurar trabalho em outras cidades e mais cento e cinquenta solicitaram licença por tempo indeterminado para trabalharem em outras atividades e terem assim condições de sobrevivência e manutenção dos familiares.

Somente para ilustrar a atual situação do Porto de Paranaguá, no que diz respeito a exportação, especialmente do café, segundo dados colhidos junto aos sindicatos de classe, nos últimos quatro meses foram exportados 576.755 toneladas de café, ao passo que para absorver a mão de obra disponível seria necessário exportar 2.000.000 de toneladas. O déficit portanto é de aproximadamente 1.500.000 toneladas, circunstância que está gerando a situação de verdadeiro desespero entre os ensacadores de Paranaguá.

É evidente que a mão de obra, no caso específico do café, implica em três fases distintas: primeiro a entrada do produto nos armazéns, segundo a manipulação e terceiro o carregamento no navio, o que obviamente absorve mão de obra.

O que pretendemos com a liberação do Fundo de Garantia aos ensacadores de Paranaguá, apesar de ser de nosso conhecimento que tal medida contraria dispositivos legais, seria para amenizar, pelo menos temporariamente, a situação desses trabalhadores que encontram-se em situação calamitosa e sem recursos.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1974.

(a) — Nelson Buffara

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 118-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decrêta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Academia Feminina de Letras do Paraná, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

A Academia Feminina de Letras do Paraná, fundada em 25 de novembro de 1970 é sociedade civil, cultural e assistencial, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado tendo sede e foro na Capital do Estado.

A Ertidade em questão preenche todos os requisitos necessários por ser declarada de utilidade pública, pois seus estatutos estão devidamente registrados no Cartório competente e sua Diretoria não percebe nenhuma remuneração. A Academia Feminina de Letras do Paraná, pelos relevantes serviços que presta já fez por merecer da Municipalidade em que tem sede, a Lei n.º 4.853 que lhe declarou de utilidade pública. Assim sendo, de inteira justiça é o plano de Lei que tenho a honra de submeter a aprovação desta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O drama social que assola a cidade de Paranaguá no que tange a uma parcela de operários de trabalhadores que congregam o Sindicato dos Ensacadores de Café de Paranaguá, é dos mais graves e o qual exige do Governo Federal uma solução pronta e imediata, eis que Paranaguá, nos últimos 4 meses, em função da comercialização do café não tem exportado aquele produto.

O normal para movimentar o Sindicato dos Trabalhadores e Ensacadores de Café de Paranaguá que congrega um número aproximadamente de 1.000 associados, naturalmente 1.000 famílias, é que, para movimentar esse Sindicato é necessário que a comercialização normal daquele produto que é mais ou menos o seguinte — descarga de 500.000 toneladas, manipulação de 500.000 toneladas e exportação também de 500.000 toneladas, isso mensalmente.

O que Paranaguá exporta hoje é soja, e soja é exportada mecanicamente, a exportação é feita a granel, não requer a absorção de mão-de-obra, e em função disso aqueles ensacadores estão em situação de pânico de desespero, não tendo sequer para o sustento de seus familiares, e como medida paliativa eles estão pretendendo e conseguiram, através da Presidência do Centro de Comércio de Paranaguá, um documento, que lhes dá condição, desde que haja boa vontade do BNH, de levantar o Fundo de Garantia. Eu já disse e repito, é medida paliativa, essa solução, porque vai ser apenas para contemporizar, para amenizar o seu problema; o que resolveria, isto sim, é que o Governo Federal, e nós estamos encaminhando neste momento um expediente à Mesa, que, se aprovado for, para que o Governo Federal encontre uma solução, uma modificação na comercialização do café, sem o que, Paranaguá estará com esse problema social cada vez mais se agravando e causando um profundo constrangimento às autoridades municipais, que nada podem fazer.

O problema é grave, é complexo, é internacional porque sabemos que o mercado europeu está abarrotado daquele produto, isto talvez seja em função de preço do produto, do café, que Paranaguá necessita exportar. Mas o café existe em abundância no interior, ele não é encaminhado ao porto porque não existe comércio, a paralização da comercialização daquele produto é total e afeta grandemente a cidade de Paranaguá.

O expediente que nós endereçamos é um telegrama que enviamos ao Sr. Presidente da República e ao Dr. Severo Fagundes Gomes, Ministro da Indústria e Comércio para que encontre uma solução para o angustiante problema do estivador. Ontem a imprensa nacional, edição nacional não regional, focalizou o assunto e não exagerou quando afirmou que tem ensacadores que não dispõem de 50 centavos para fazer a travessia. É absurdo, mas é a verdade, para que possam responder a presença. Outro Requerimento é ao Sr. Presidente do BNH, de forma que julgo mais conveniente conciliassem este angustiante problema do BNH quanto ao Fundo de Garantia, mesmo que atente contra preceito legal. Como existe estado de guerra, é esta a situação que Paranaguá enfrenta. Sou representante de Paranaguá e sob pena de termos dias catastróficos em Paranaguá, o Paraná deve encontrar uma solução. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme Requerimento de nossa autoria aprovado por esta Casa, encontra-se no Plenário o Dr. Eduardo Rocha Virmond, Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná e que hoje à tarde iria proferir uma palestra sobre o tema A Instituição de Cursos Jurídicos no País, numa homenagem que a Assembleia Legislativa prestaria àqueles que se dedicam à preservação e à cultura e que cultuam as nossas leis. Infelizmente o falecimento de conhecido político, Dr. Horácio Amaral, ocorrido ontem, em Campo Mourão e tendo em vista a visita de eminentes Deputados àquele Município, prestando homenagem da Casa ao eminente político desaparecido, conforme entendimento mantido com este Deputado, com a Mesa da Assembleia Legislativa e com o ilustre conferencista, Dr. Eduardo Rocha Virmond, a manifestação do advogado paranaense será transferida para a segunda quinzena do mês em curso em data que será fixada pelo Presidente. Era esta explicação que faria à Casa, deixando, afinal, os nossos agradecimentos pela presença do nosso convidado, Dr. Eduardo Rocha Virmond. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.2 DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90-70, de autoria do Deputado Luiz R. Malucelli, que denomina "Grupo Escolar Reinaldo Caliman", o atual Grupo Escolar de Vila Operário, com sede no Município de Jandaia do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 444-68, de autoria do Deputado Roberto Wypych, que outorga Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor João de Medeiros Calmon. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 114-74. — Aprovado

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 102-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, visando reformulação na política do trigo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Engenheiro Eros Vitor Rauchbach, pela sua eleição para o cargo de Diretor Presidente da COHAB-CT. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do D.E.R., no sentido de que se dignem determinar estudos visando a construção de estrada ligando a Colônia do Cedro a Rodovia Cacatu-Guaraqueçaba, via Cupiuva, no Município de Antonina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando apelo ao Sr. Presidente do B.N.H., no sentido de que se digne autorizar a liberação do Fundo de Garantia aos Ensacadores do Porto de Paranaguá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja enviado telegrama consubstanciado em veemente apelo aos Srs. Presidente da República e Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de que seja encontrada uma solução para o angustiante problema dos Ensacadores do Porto de Paranaguá. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 121.ª Sessão Ordinária

Realizada em 9 de Agosto de 1974 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Jorge Sato, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e Sebastião Rodrigues Júnior.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federman, Helio Marfrinato, Agnaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Erondy Silvério, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes, Xenofonte Villanueva, João Fadel, Ovidio Franzoni e Quielse Crisóstomo (24); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Santos Lima, Alvaro Dias, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Lázaro Dumont, Olavo Ferreira, Paulo Camargo, Paulo Poli, Rosário Pitelli e Emilio Carazzai (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 154 — 155 — 156 — 157 — 158 — 159 — 174 — 175 — 176 — 177 — 178 — 179 — 180 — 181 — 182 — 184 — 185 — 186 — 187 — 191 e 192-74 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

202-73: Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública o Educandário Marian: Rodrigues de Castro, com sede na Cidade de Araucária, o qual convertido em Lei tomou o número 6.574. — Agradeça-se.

54-73: Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a denominar o Ginásio Estadual Deputado Ardinat Ribas, o atual Ginásio Estadual Vital Brasil da Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o número 6.575. — Agradeça-se.

26-74: Do Senhor Deputado Nelson Buffara, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Ex-Combatentes do Brasil", Seção Municipal de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o número de 6.573. — Agradeça-se.

207-73 Do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Professor Altair Mongruel", um Estabelecimento de Ensino do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 6.572. — Agradeça-se.

215-73: Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca "Willis", com características que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura, o qual convertido em Lei tomou o número 6.570. — Agradeça-se.

232-73: Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura de Japira, o veículo que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 6.571. — Agradeça-se.

25-74: Do Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, que transfere à Francisca Albanski Martinatto a pensão mensal de Sezinando Martinatto da Cruz, o qual convertido em Lei tomou o número 6.584. — Agradeça-se.

29-74: Do Senhor Deputado Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Presbiteriana de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 6.579. — Agradeça-se.

253-73: Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campina Grande do Sul, o trator que especifica, de propriedade da Secretaria da Agricultura e de posse do referido Município em comodato, o qual convertido em Lei tomou o número 6.583. — Agradeça-se

223-73: Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica para desenvolvimento Missionário, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.578. — Agradeça-se.

11-74: Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública o Lar São de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 6.581. — Agradeça-se.

249-73: Do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o "Educandário São José", com sede e foro na Cidade de Paranavai, o qual convertido em Lei tomou o número 6.580. — Agradeça-se.

83-74: Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 3074, que objetiva criar no Quadro de Pessoal, do Serviço Civil, 22 Cargos de Bibliotecário Nível 24 (vinte e quatro) e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 6.582. — Agradeça-se.

206-73: Do Senhor Deputado Olavo Ferreira que declara de Utilidade Pública o Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo, com sede na Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 6.576. — Agradeça-se.

5-74: Do Senhor Deputado Iris Mário Caldart, que declara de Utilidade Pública, o Centro de tradições gaúchas — Rodeio de Tradição, com sede e foro na cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o número 6.577. — Agradeça-se.

271-73: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que denomina Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, o grande auditório do Teatro Guaíra, o qual convertido em Lei tomou o número 6.585. — Agradeça-se.

9-74: Do Senhor Deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo criar as "Áreas climáticas", do Estado e das outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 6.586. — Agradeça-se.

235-72: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Amigos de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro na Cidade de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o número 6.587. — Agradeça-se.

184-72: Do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que denomina "Amabilia Possobom", o Grupo Escolar de Vila Olívia, Município de Astorga, o qual convertido em Lei tomou o número 6.588. — Agradeça-se.

172-73: Do Senhor Deputado Fuad Nadi, que autoriza o Poder Executivo doar a Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR o imóvel com características que especifica, situado no Distrito de Graganey, Município de Corbélia, o qual convertido em Lei tomou o número 6.589. — Agradeça-se.

73-73 Do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que denomina "Ginásio Estadual Marillis Faria Pirotelli", o atual Ginásio Estadual de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o número 6.590. — Agradeça-se.

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 189, 173, 172, 174, 170 e 169-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei n.ºs:

227-73: Do Senhor Deputado Alvaro Dias, que visa dar ao art. 53 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 2, de 22 de junho de 1973. — A C.C.J.

162-72: Do Senhor Ex-Deputado Nivaldo Kruger, que visa criar através da Secretaria da Agricultura, uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul. — A C.C.J.

92-72: Do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues, que visa criar no Município de Salto do Lontra, um Ginásio Estadual Agrícola, com funcionamento previsto para o próximo ano letivo. — A C.C.J.

182-72: Do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que visa criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel, devendo o mesmo ser instalado para funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

33-12: Do Senhor Deputado João Calil Fadel, que visa criar um Ginásio Agrícola, no Município da Lapa. — A C.C.J.

250-71: Do Senhor Ex-Deputado Nivaldo Kruger, que visa autorizar o Poder Executivo, a construir o Colégio Estadual de Entre Rios, no Município de Guarapuava. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs 125, 127, 129 e 130-74.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 70-74.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo pela passagem, no próximo dia 11 do corrente, de mais um aniversário do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Durante sua existência, o C.A.H.S., caracterizou-se, sempre, como um órgão de permanente defesa dos mais representativos direitos dos cidadãos, constituindo-se numa verdadeira escola de civismo e brasilidade.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência a Diretoria do C.A.H.S., na pessoa de seu Presidente acadêmico Ricardo Mac Donald.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1974.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Senhor Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, solicitando-lhe haja por informar, com a máxima brevidade possível, o seguinte:

I — Se aquele órgão está recebendo requerimentos de interessados para compra de terras devolutas, no lugar denominado Antônio Olinto, do Distrito e Município de Antônio Olinto, Pr.;

II — Se o lugar denominado "Antônio Olinto", no Distrito e Município de Antônio Olinto, Pr., trata-se de gleba sentenciada como devoluta e assim denominada pela Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, qual é data da sentença da mesma e o total da área a ser alienada naquela condição;

III — Se é do conhecimento da Fundação Instituto de Terras e Cartografia que toda a área integrante do Município de Antônio Olinto, Pr., vem sendo ocupada mansa e pacificamente há mais de quatro décadas, por pequenos lavradores que vivem na terra e dão-lhe destinação econômica e que nunca, até hoje, constou entre os moradores houvesse ali terra devoluta, pois que todos os al. residentes detêm títulos de domínio e propriedade.

2.º — seja encaminhado expediente ao Senhor Governador Emílio Gomes, encarecendo-lhe haja por bem determinar seja susgado por parte da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, o recebimento de requerimentos para compra de terras devolutas no lugar denominado "Antônio Olinto", do Distrito e Município de Antônio Olinto, Pr., bem como seja suspensa a decorrência de prazo de Edital expedido pelo 1.º Distrito Regional daquele órgão, para conhecimento de terceiros, reclamações e protestos, com refe-

rência a aquisição de área já requerida à Fundação Instituto de Terras e Cartografia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 8 de agosto de 1974.

JUSTIFICATIVA:

Está ocorrendo uma grande tensão social no Município de Antônio Olinto, neste Estado, em virtude de a Fundação Instituto de Terras e Cartografia haver mandado afixar, por intermédio de seu 1.º Distrito Regional, edital para conhecimento de terceiros e recebimento de protestos ou reclamações, com referência a requerimento recebido com vistas à alienação, por venda, de 160 hectares de terras devolutas, no lugar denominado "Antônio Olinto", do Distrito e Município do mesmo nome. A tensão é tanto maior porque os que vivem naquelas terras o fazem há mais de quatro décadas, sendo todos possuidores de títulos de domínio e propriedade, não lhes constando haver por ali terras devolutas pertencentes ao patrimônio estadual, bem como também é desconhecido o "lugar denominado Antônio Olinto", pois que tal nomenclatura é atinente apenas à sede do Município citado.

O Edital afixado no edifício da Câmara Municipal de Antônio Olinto, Pr., foi expedido pelo engenheiro-Chefe do 1.º Distrito Regional da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, e fixa prazo de 30 dias, a contar de 22 de julho próximo findo, para reclamações e protestos, após o qual, embora nada registre, supõe-se seja o requerimento deferido e expedido título de propriedade em favor do requerimento, de glba cuja existência é até o momento desconhecida pelos moradores do Município. Estão eles, portanto, justamente temerosos de que haja ocorrido sentenciamento recente de gleba há muito existente e já totalmente ocupada como novo nome de "Antônio Olinto" e que, com base nessa nova denominação, esteja a Fundação Instituto de Terras e Cartografia recebendo requerimentos de interessados e venha a titular terras que já têm proprietários, que as adquiriram há vinte e trinta anos, com a denominação original do antigo D.G.T.C.

O problema, como facilmente se pode constatar é de suma gravidade pois vai levar o temor e o desassossego a uma comunidade até agora voltada para o trabalho e isenta de tensões sócio-econômicas que impedem o desenvolvimento e perturbam a ordem social e jurídica da região. Daí porque, estamos apresentando o presente Requerimento com a finalidade de alertar o ilustre Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia que, recém-empossado no cargo não pode ser responsabilizado pela ocorrência do fato como também não é obrigado a ter conhecimento do mesmo. Mas pode, e esperamos que faça determinar medidas urgentes e enérgicas para esclarecimento da situação, com salvaguarda dos direitos das famílias que hoje sentem-se ameaçadas na posse de suas terras e que têm o direito ao amparo do Estado que deve ser, sempre, o agente protetor do cidadão.

O Governador Emílio Gomes, sensível ao bem estar do povo paranaense, deve também tomar conhecimento do problema e determinar as providências encarecidas, eis que elas resultarão benéficas para sua administração que tem se caracterizado, de modo todo especial, pela atenção que devota ao atendimento das justas reivindicações do homem do interior do Estado. Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste Requerimento e, por isso, darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O que nos traz na manhã de hoje a esta Tribuna, é assunto em referência à Resolução do Instituto Brasileiro do Café, n.º 877-74, pois, aquela autarquia, Sr. Presidente, nesta Resolução resolveu excluir os armazéns do IBC em Cianorte, sabendo-se que Cianorte é região cafeeira, inclusive os seus vizinhos Municípios e assim criando-se situações difíceis e carências aos lavradores e maquinistas.

Por este motivo, passamos a ler o Requerimento, vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado veementemente apelo aos Senhores Doutores Mário Henrique Simonsen, Severo Fagundes Gomes e Camilo Calazans de Magalhães, respectivamente Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio e Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de ser incluída a unidade armazenadora de Cianorte, no Regulamento de Embarques da safra 74-75.

Prende-se esta solicitação às condições excepcionais do Armazém do I.B.C. de Cianorte, que possui capacidade para um milhão e duzentas mil sacas, o que resulta em grande benefício à região produtora, em virtude da facilidade de escoamento da produção e do consequente armazenamento, face às estimativas de elevado índice na corrente safra.

A Resolução do I.B.C. n.º 877-74, que exclui a unidade armazenadora de Cianorte da safra 74-75, trará sérios prejuízos aos cafeicultores da região, além de dificuldades à efetivação do armazenamento do café, devido a localização distante das outras unidades contempladas de Cruzeiro do Oeste e Paissandu.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1974.

(a) Hélio Manfrinato.

Pois bem.

Fazemos apelo aos nobres Pares, pedindo apoio ao nosso Requerimento que encaminhamos ao Sr. Ministro, para que sejam tomadas as devidas providências a fim de que não haja tanto prejuízo aos nossos cafeicultores e maquinistas de café na nossa região. Vale do Ivaí. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 284-73, que declara de Utilidade Pública a "Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná — BEMPAP", com sede nesta Capital. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 2-74, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma Motoniveladora e um Caminhão, pertencentes ao D.E.R. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 4-74, que declara de Utilidade Pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária — (JUBIM), com sede na cidade de Londrina. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 13-74, que declara de Utilidade Pública o Orfanato São Valdomiro, com sede na cidade de Irati. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 61-74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná — "SUCEU", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 70-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições nrs. 125, 127, 129 e 130-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem de mais um aniversário do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, no sentido de informar se está recebendo requerimentos de interessados para a compra de terras devolutas, no lugar denominado Antônio Olinto, do Distrito e Município de Antônio Olinto, bem como o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, enca-

recendo haja por bem determinar seja susinado, por parte da Fundação referida, o recebimento de requerimentos para compra de terras devolutas no lugar já mencionado, bem como seja suspensa a decorrência do prazo de Edital expedido. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, lido da Tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio e Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de ser incluída a unidade armazenadora de Cianorte, no Regulamento de Embarques da safra 74-75. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 444-68.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 70-74, 102-74 e Projeto de Resolução n.º 29-74.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária, para segunda-feira, dia 12, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 125-74.

Levanta-se a Sessão.